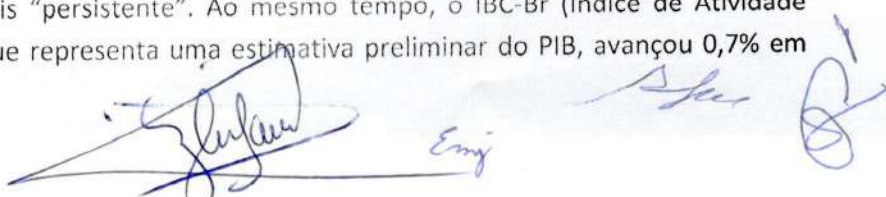


INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS
TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA

COMITÊ DE INVESTIMENTOS
123ª Reunião Ordinária

ATA Nº 1/2026

Aos vinte e um dias do mês de janeiro do ano de 2026, às 8:00h, sito à Av. Eloy Chaves, 956, Sala 503, centro, em Três Lagoas/MS, estiveram reunidos os membros do Comitê de Investimentos, devidamente nomeados pela Portaria nº 105/2025, o Diretor Presidente, a Diretora Administrativa-Financeira, os representantes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA e do Instituto TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA, respectivamente, Srs. Dirceu Garcia de Oliveira Junior, Giovana Santana da Silva, Fabricio de Moura Santos, Fernando Nascimento e Elza Maria Jucá. O Presidente declarou instaurada a reunião ordinária apresentando: 1) as autorizações de aplicação e resgate referentes ao mês de janeiro nº A2601000 e A2601004; 2) o detalhamento da Carteira de Investimentos, devidamente atualizada até a data desta reunião; e, 3) o relatório mensal da carteira de investimentos relativo ao mês de dezembro/2025. 4) A ordem do dia iniciou-se com a análise do desempenho da carteira de investimentos do TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA; foram constatados ganhos em dezembro no montante R\$ 4.739.654,97 (0,99%); considerando que o IPCA foi de (0,33%), foi possível cumprir a meta atuarial determinada para o mês (0,79%). Verificou-se retorno positivo de (0,99%) nas tradicionais aplicações de renda fixa, compostos majoritariamente por fundos de investimentos em títulos públicos; as aplicações em renda variável, apresentaram performance positiva (1,09%), puxadas pela valorização no índice IBOVESPA acumulada no mês. Com o resultado positivo no mês, a rentabilidade obtida no ano (13,74%) foi suficiente para promover o cumprimento da meta atuarial medida até o mês de referência (9,81%). Ato seguinte, passou-se à análise dos fatores de influência da carteira no interstício entre a realização da última reunião a até data presente. Na semana, o mercado acompanhou sinais de inflação mais comportada no curto prazo, sem a divulgação do IPCA "cheio" dentro desses dias. Um dos destaques foi o IGP 10 de janeiro, que subiu 0,29%, indicando variação moderada de preços no início do mês. O IGP 10 (Índice Geral de Preços – 10) é um indicador calculado pela Fundação Getulio Vargas (FGV) que mede a variação de preços no Brasil com base em três componentes: IPA 10 (preços no atacado) – peso de 60%; IPC 10 (preços ao consumidor) – peso de 30%; INCC 10 (custos da construção civil) – peso de 10%. Ele coleta preços entre o dia 11 do mês anterior e o dia 10 do mês de referência, funcionando como um termômetro antecipado da inflação, já que capta movimentos de preços antes da divulgação do IPCA. Por isso, esse tipo de indicador ajuda a "medir a temperatura" do custo de produtos e serviços e influencia a leitura do mercado sobre o ritmo da inflação à frente. Mesmo sem decisão do Copom na semana, a discussão sobre juros continuou intensa. A lógica é simples: se a atividade econômica mostra força, o Banco Central tende a ter menos pressa para iniciar cortes relevantes na Selic. Isso apareceu na reação do mercado após a divulgação de dados de atividade (como o IBC-Br), que reforçaram a percepção de que os juros podem ficar altos por mais tempo antes de cair de forma mais consistente. O IBGE informou queda de 0,1% no volume de serviços em novembro (na comparação com outubro), após uma sequência de altas, e ainda assim o setor ficou +2,5% em 12 meses. Isso sugere um pequeno respiro no ritmo da economia, especialmente em serviços; um setor que o Banco Central acompanha de perto por ter ligação com inflação mais "persistente". Ao mesmo tempo, o IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do Banco Central), que representa uma estimativa preliminar do PIB, avançou 0,7% em




novembro (acima do esperado em pesquisas), sinalizando que a economia pode ter crescido com mais força do que se imaginava no fim de 2025. Em linguagem simples: um dado apontou perda de fôlego em serviços, mas outro mostrou atividade agregada mais forte, o que mantém o debate sobre juros em aberto. A Bolsa teve uma semana de movimentos fortes, com momentos de alta e também de ajustes técnicos. No meio da semana, o Ibovespa renovou máximas do período e chegou a operar acima de 164 mil pontos. No fim, houve realização e ajustes (incluindo vencimento de opções), e o índice encerrou a sexta-feira em 164.799,98 pontos (-0,46% no dia), mas ainda assim subiu 0,88% na semana. Apesar das oscilações, o mercado acionário manteve um tom construtivo, sustentado pela expectativa de queda de juros mais à frente em 2026, ainda que não “imediate”. O dólar teve uma semana de variações, refletindo tanto o cenário externo (dados dos EUA e juros lá fora) quanto fatores locais (atividade e apetite a risco). A China chamou atenção pelos números do comércio: em dezembro, as exportações cresceram 6,6% (ano contra ano) e as importações subiram 5,7%, sinalizando demanda externa ainda forte e importações reagindo no fim do ano. A taxa básica dos EUA estava na faixa de 3,50% a 3,75% (faixa-alvo do Fed), e autoridades reforçaram a ideia de calibragem “com calma”, evitando pressa em novos movimentos. A Europa trouxe surpresa positiva na indústria: a produção industrial da Zona do Euro subiu 0,7% em novembro (mensal) e ficou +2,5% em 12 meses, acima do que o mercado projetava. Após a publicação da Resolução CMN nº 5.272/2025, que entra em vigor a partir de 2 de fevereiro de 2026 onde estabelece novas regras de aplicação para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) no Brasil, revogando a norma anterior (4.963/2021), o comitê de investimento deverá elaborar a minuta da nova Política de Investimentos para o exercício de 2026 de acordo com as mudanças trazidas pela nova resolução para aprovação na próxima reunião. Em relação ao fundo BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES FII - CARE11, foi realizada consulta formal aos cotistas do fundo BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES FII - CARE11 com as seguintes pautas: 1º) Aprovar a substituição da administradora do fundo pela MÉRITO DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.; 2º) Aprovar o agrupamento de cotas na proporção de 5 (cinco) para 1 (uma) cota...; 3º) Aprovar alteração do Regulamento para prever a possibilidade de recompra de cotas ou Oferta Pública Voluntária de Aquisição (“OPAC”)...; 4º) A autorização para que a nova administradora pratique todos os atos necessários à formalização da substituição, incluindo a atualização do Regulamento do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável. Para todas as pautas, após análise, a decisão foi por não aprovar nenhuma das pautas, contrariando o parecer da própria Assessoria de Investimentos. A decisão se fundamentou nas seguintes premissas: a nova administradora proposta não está relacionada na lista exaustiva do MPS como apta a administrar e gerir recursos de RPPS, de modo que não houve apresentação de outras instituições devidamente autorizadas pelo MPS como alternativa à indicação da Mérito DTVM; além disso, o artigo 11 da Lei 8668/1993 determina que, em caso de liquidação de administradora de fundos, a liquidante responsável tem o prazo de 30 dias úteis para requerer a substituição; ultrapassado o prazo, a legitimidade para tanto pertence ao Banco Central; quanto ao inplit, o Gestor entende como prejudicial pois, assim como em inplit anterior, houve desvalorização significativa do valor de mercado das cotas, em razão do fundo não distribuir dividendos, o que poderá se repetir com o novo inplit; por fim, a previsão para recompra de cotas no regulamento não oferece condições mais claras e objetivas de implementação, de modo que eventual queda do valor de mercado das cotas poderá incentivar a recompra por valores ainda menores que os praticados até esta data. Em relação às aplicações dos RPPS, a Assessoria de Investimentos Crédito & Mercado recomenda a adoção das seguintes estratégias de Alocação dos Recursos: *A estrutura de alocação foi definida para que o RPPS preserve o patrimônio e consiga crescer de forma consistente no longo prazo. Como o regime paga*



Emj

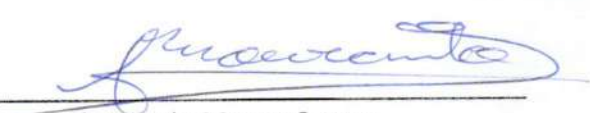


benefícios continuamente, a carteira precisa suportar períodos de estabilidade e crise sem comprometer sua solvência. A renda fixa concentra a maior parte dos recursos porque oferece previsibilidade e menor oscilação. Dentro dela, a divisão por prazos é essencial: curto prazo garante liquidez imediata; médio prazo reduz impactos de mudanças nos juros; longo prazo protege contra a inflação e captura ganhos quando o mercado melhora. Esse arranjo responde ao comportamento da curva de juros, que remunera prazos distintos de forma diferente. Assim, o RPPS evita que uma mudança abrupta afete toda a carteira ao mesmo tempo. A renda variável entra para impulsionar o crescimento no longo prazo. Embora mais volátil, ela permite capturar valor de empresas, setores e ativos reais. A diversificação entre ações, multimercados e fundos imobiliários reduz riscos e amplia fontes de retorno. A parcela de investimentos no exterior funciona como proteção estrutural. Ela reduz a dependência de eventos exclusivamente brasileiros e amplia o acesso a mercados e setores globais, diminuindo o impacto de crises locais. Em síntese, a carteira combina três pilares: segurança na renda fixa, crescimento via renda variável e proteção com exposição internacional. Essa abordagem fortalece a capacidade do RPPS de cumprir suas obrigações e preservar recursos no tempo. À vista de tais constatações, decidiram os membros do Comitê de Investimentos, por unanimidade, em: 1) Autorizar o gestor a resgatar todas as cotas do fundo de investimentos BB GOVERNANÇA IS FI AÇÕES (CNPJ 10.418.335/0001-88); 2) Autorizar o gestor a aplicar R\$ 305.340,62 (trezentos e cinco mil, trezentos e quarenta reais e sessenta e dois centavos) no fundo de investimentos CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA (CNPJ 10.740.670/0001-06); 3) Autorizar o gestor a aplicar R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) do fundo de investimentos BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 II RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO (CNPJ 55.749.879/0001-60); e, 4) manter inalteradas as aplicações. Assim, às 09:05h, o Diretor Presidente deu por encerrada a presente reunião ordinária, da qual eu, Elza Maria Jucá, Secretária do Comitê de Investimentos, lavrei a presente ata, que vai assinada pelos demais membros presentes.

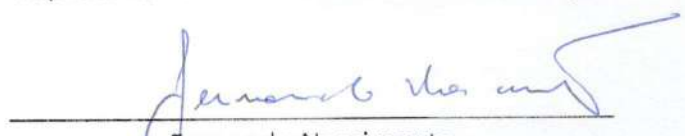


Dirceu Garcia de Oliveira Junior
Presidente

Giovana Santana da Silva
Diretora Administrativa-financeira do TLPREV



Fabricio de Moura Santos
Representante do Conselho de Administração



Fernando Nascimento
Representante do Conselho Fiscal

Emj

Elza Maria Jucá

Elza Maria Jucá

Representante dos Servidores Públicos Municipais

1